

Jogo de alto risco

O governo central continua a endividar-se, isto é, a endividar todos os contribuintes da União e seus descendentes, para socorrer Estados a um passo da falência. Quem tem filhos adolescentes e boa saúde talvez possa ver seus netos, dentro de 30 anos, pagando impostos para cobrir a estripulias fiscais cometidas nos anos 90. No Brasil, país dito sem memória, pelo menos a dívida pública é um vínculo entre gerações. A renegociação, de tempos em tempos, é algo como um fio da história cheio de nós e de emendas.

Três decênios é o prazo concedido ao governo de Minas Gerais e ao do Rio Grande do Sul, e provavelmente a todos os demais, para liquidar o refinanciamento das suas dívidas com a União. Os primeiros acordos, com mineiros e gaúchos, envolvem algo entre R\$ 18 bilhões e R\$ 19 bilhões. Com São Paulo e Rio de Janeiro, o total poderá subir a R\$ 40 bilhões, aproximadamente. O devedor precisará pagar uma importante prestação inicial. O governo de Minas, por exemplo, terá de vender ativos, incluído o Banco de Crédito Real (Credireal), para quitar, de início, 20% do débito. O refinanciamento, portanto, será de 80% do valor atual, com o saldo corrigido com base no

IGP-M e juros anuais de 6%. Os governos beneficiados têm de assumir compromissos de austeridade. A exigência está implícita em algumas regras. Só pode haver nova emissão de títulos, para novo endividamento do Estado, quando o débito remanescente for igual ou inferior à arrecadação de um ano. Isso pode levar uns 20 anos, segundo se calcula em Brasília. Além disso, o Tesouro da União deve ter meios, pelo menos formais, de cobrar a regularidade dos pagamentos, como em qualquer contrato.

Os atuais governadores podem até aceitar essas condições com sinceridade. É possível que façam, realmente, um esforço para manter os compromissos em dia até o fim dos seus mandatos. Se puderem concorrer à reeleição, haverá um estímulo adicional à pontualidade. Mas é difícil supor, mesmo como hipótese para discussão, que os governadores seguintes aceitem, com boa vontade, as mesmas limitações. Alguns tentarão "denunciar" o acordo, classificando-o como prejudicial às finanças estaduais, como draconiano, como produto da



sujeição desavergonhada ao FMI e ao Consenso de Washington e assim por diante. Outros simplesmente deixarão de pagar mesmo porque continuará não havendo condições de pagar. Outros gastarão demais e tentarão renegociar as condições. Por que, argumentarão, devem os cidadãos aceitar as consequências de contratos reconhecidamente nocivos ao interesse popular? Discursos desse tipo não fariam

muita diferença, para as finanças públicas, se o governo da União tivesse força para pressionar os devedores. Nenhum governo, há muitos anos, revelou-se bastante forte para esse tipo de cobrança. Hoje mesmo, as dívidas de Estados só estão sendo renegociadas, porque o Executivo federal não tem como impor aos governadores política de austeridade. O interesse eleitoral tem algum peso, assim como o projeto de reeleição. Mesmo sem esses fatores, porém, o quadro não seria muito diferente.

O governo federal já cedeu a governadores e prefeitos, ao aceitar a troca de títulos da União por papéis de Estados e municí-

pios. Em julho, o Banco Central devia R\$ 29,65 bilhões por letras emitidas para essa troca. A rolagem dessas letras é mais fácil que a dos títulos municipais e estaduais, mas é, de toda forma, um peso adicional para a União. A contrapartida poderia, ou deveria, ser um esforço de governadores e prefeitos para arrumar suas contas, mas isso não é visível.

A dívida federal é o guarda-chuva da acomodação de interesses, mas até quando isso será possível?

A dívida federal continua a ser o grande instrumento de conciliação de interesses. Resolve o problema de bancos, de fazendeiros, de governadores, de prefeitos e de

quantos consigam exercer pressão. A dívida líquida do setor público saltou de 25,2% para 31,5% do Produto Interno Bruto entre 1994 e junho deste ano. O maior crescimento foi o da dívida federal, de 8,9% para 13,3%. Esse aumento deixa longe o do PIB e o da receita pública. Mesmo com alongamento de prazo e eventual financiamento do Banco Mundial, é um jogo de alto risco. O presidente deve tomar consciência disso.